

RESUMO

A mineração urbana nos municípios do Recife e Jaboatão dos Guararapes é voltada mais especificamente para os agregados utilizados na construção civil como areia, argila, brita (granito/gnaïsse), além das águas minerais. Essa atividade não tem recebido, no âmbito da RMR, o merecido realce por parte dos órgãos que a licenciam, seja no que se refere ao controle da atividade mineral, do impacto ambiental ou do uso do solo urbano. Isso fica claramente expresso pelo estado de degradação paisagística de amplos trechos dessas cidades, particularmente ao longo dos principais eixos rodoviários e, pelo intenso assoreamento do sistema de drenagem natural e formal das cidades, causa principal dos alagamentos e inundações freqüentes nos períodos de inverno. Além disso, essa atividade é em grande parte informal ou ilegal, não se traduzindo em arrecadação da compensação financeira (CFEM), sendo o município o principal prejudicado com essa omissão. Nos municípios a expedição de licenciamentos e a fiscalização da exploração são desempenhadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, com a fiscalização do meio ambiente à cargo da Companhia Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH, que atua principalmente sobre as questões referentes à proteção ambiental e à expedição de licenças municipais pelas Secretarias de Planejamento Urbano. A falta de articulação desses órgãos tem levado a um crescimento desordenado de minerações informais ou ilegais na RMR, principalmente no que se refere à exploração de areia e argila, degradando áreas que são posteriormente ocupadas, criando situações de risco. Essas atividades de mineração desenvolvidas sem o competente título autorizativo da pesquisa/lavra (minerações informais), são de difícil controle por parte dos órgãos fiscalizadores, contrariando não só a legislação mineral, como também as legislações tributárias, trabalhistas e ambientais. O presente trabalho apresenta a caracterização das atividades minerais cadastradas e ilegais desses municípios, assim como uma proposta de Plano de Gestão para melhor articulação entre os órgãos fiscalizadores evitando-se assim o crescimento das minerações informais, além da elaboração do Mapa das Atividades Minerais para esses municípios, em base geo-referenciada.

PALAVRAS-CHAVES: RMR, agregados minerais, água mineral, CFEM, DNPM, CPRH, Prefeituras, minerações formais, minerações ilegais, Plano de Gestão.

Abstract

Urban mining in the cities of Recife and Jaboatão of Guararapes is specifically related to materials used for construction, as sand, clay, breaks (granite/gneiss), as well as the mineral water. This activity has not received, in the extent of Recife Metropolitan Region, RMR, the deserved emphasis by the organizations that license it, neither in what refers to the control of the mineral activity, nor of the environmental impact or the use of the urban soil. That is clearly expressed by the state of landscape degradation of wide passages of these cities, particularly along the main road axis and, for the intense silting of the natural and formal system of drainage of the cities, main cause of the frequent floods in the winter periods. In addition to this, this activity is largely informal or illegal, not translating in the collection of financial compensation (CFEM), with the municipality being at loss with that omission. The expedition of license and the fiscalization of the exploration are made by the Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, with the environmental inspection under the responsibility of the Companhia Pernambucana do Meio Ambiente - CPRH, that acts mainly on the subjects regarding the environmental protection and the expedition of municipal licenses for the General offices of Urban Planning. The lack of articulation between those instances has allowed a disordered growth of informal or illegal mining in the RMR, in particular for the exploration of sand and clay, degrading areas that are later busily inhabited or occupied, creating risk situations. Those mining activities developed without the competent authorization research/exploration title (informal minings), are difficult to control, contradicting not only the mineral legislation, as well as tax, labor and environmental legislations. The present work characterizes registered and illegal mineral activities of these municipal districts, as well as proposes a Plan of Administration for better articulation among the organs, Thus avoiding the growth of the informal mining, as well as elaborates a Map of the Mineral Activities for the municipalities, in a geo-referenced database.

KEYWORDS: RMR, minerals attached, mineral water, CFEM, DNPM, CPRH, City halls, formal minings, illegal mining, Administration Plan of.